

ROBERT DARNTON

Poesia e polícia

Redes de comunicação na Paris do século XVIII

Tradução

Rubens Figueiredo

Copyright © 2010 by Robert Darnton

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Poetry and the Police: Communication Networks in Eighteenth-Century Paris

Capa

Mariana Newlands

Imagem de capa

Pintura de Louis Joseph Watteau, 1785. Palais des Beaux Arts, Lille, França.

Foto: Réunion des Musées Nationaux/ Art Resource, Nova York.

Preparação

Leny Cordeiro

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. Costa

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Darnton, Robert

Poesia e polícia : redes de comunicação na Paris do século XVIII /

Robert Darnton ; tradução Rubens Figueiredo — 1ª ed. — São Paulo :
Companhia das Letras, 2014.

Título original: Poetry and the Police : Communication
Networks in Eighteenth-Century Paris.

ISBN 978-85-359-2411-4

1. Ativistas políticos - França - Paris - História - Século 18 2.
Comunicação na política - França - Paris - Século 18 - História
3. Cultura política - França - Paris - História - Século 18 4.
Paris (França) - Condições sociais - Século 18 5. Paris (França)
- História - 1715-1789 6. Paris (França) - Política e governo
- Século 18 7. Poesia política francesa - História e crítica 8.
Polícia - França - Paris - História - Século 18 9. Redes de
Informação - França - Paris - Século 18 - História 1. Título.

14-01275

CDD-944.361034

Índice para catálogo sistemático:

1. Paris : França : Condições sociais : História

944.361034

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Introdução	7
1. Policiando um poema	13
2. Um enigma	18
3. Uma rede de comunicação	21
4. Perigo ideológico?	28
5. Política da corte	36
6. Crime e castigo	42
7. Uma dimensão ausente	45
8. O contexto mais amplo	50
9. Poesia e política	61
10. Canção	71
11. Música	84
12. <i>Chansonniers</i>	107
13. Recepção	122
14. Um diagnóstico	128
15. Opinião pública	133
Conclusão	144

As canções e os poemas distribuídos pelos Catorze	150
Textos de “Qu’une batarde de catin”.	161
A poesia e a queda de Maurepas	165
O rastro dos Catorze	168
A popularidade das melodias	172
Um cabaré eletrônico: Canções de rua de Paris, 1748-50 . .	177
<i>Notas</i>	195
<i>Créditos das imagens</i>	215
<i>Índice remissivo</i>	217

1. Policiando um poema

Na primavera de 1749, o superintendente geral da polícia de Paris recebeu uma ordem para capturar o autor de uma ode que começava assim: “*Monstre dont la noire furie*” (Monstro cuja fúria negra). A polícia não dispunha de nenhuma pista, senão que a ode tinha por título “O exílio do M. de Maurepas”. No dia 24 de abril, Luís xv demitira e mandara para o exílio o conde de Maurepas, que havia dominado o governo no posto de ministro da Marinha e da Casa Real. Obviamente algum aliado de Maurepas dera vazão à sua revolta em versos que atacavam o próprio rei, pois o “monstro” se referia a Luís xv: por isso a polícia foi mobilizada. Difamar o rei num poema que circulava abertamente era uma questão de Estado, um crime de *lèse-majesté*.

A notícia se espalhou entre as legiões de espões empregados pela polícia e, no final de junho, um deles farejou a pista. Comunicou sua descoberta num pedaço de papel — duas frases, sem assinatura e sem data.

Monseigneur,

Conheço uma pessoa que possuía em seu escritório, alguns dias atrás, o abominável poema sobre o rei e que o aprovou bastante. Vou identificá-lo para o senhor, se for o seu desejo.¹

Depois de obter doze *louis d'or* (quase um ano de salário de trabalhador sem qualificação), o espião apresentou um exemplar da ode e o nome da pessoa que lhe havia fornecido o material: François Bonis, estudante de medicina, que residia no Collège Louis-le-Grand, onde supervisionava a educação de dois jovens cavaleiros das províncias. A notícia percorreu rapidamente a hierarquia de comando: do espião, que continuou anônimo, para Joseph d'Hémery, inspetor do comércio de livros; para Nicolas René Berryer, superintendente geral da polícia; para Marc Pierre de Voyer de Paulmy, conde D'Argenson, ministro da Guerra e do departamento de Paris e personagem mais poderoso no novo governo. D'Argenson reagiu imediatamente: não havia nenhum minuto a perder; Berryer deveria prender Bonis o quanto antes; uma *lettre de cachet* [carta timbrada]* poderia ser providenciada mais tarde; e a operação deveria ser conduzida sob sigilo máximo, para que a polícia pudesse cercar os cúmplices.²

O inspetor D'Hémery cumpriu as ordens com profissionalismo admirável, como ele mesmo assinalou em relatório para Berryer.³ Tendo distribuído agentes em posições estratégicas e deixado uma carruagem a postos logo depois de uma esquina, ele abordou seu homem na Rue du Foin. O *maréchal* de Noailles queria vê-lo, disse a Bonis — tratava-se de questão de honra, envolvendo um capitão da cavalaria. Como Bonis sabia ser inocente de qualquer ato que pudesse dar ensejo a um duelo (cabia a Noailles

* No Ancien Régime francês, carta régia contendo ordem de prisão ou de exílio. (N. T.)

julgar tais questões), acompanhou de bom grado D'Hémery até a carruagem e depois desapareceu na Bastilha.

A transcrição do interrogatório de Bonis seguiu o formato de costume: perguntas e respostas, registradas na forma de um quase diálogo e com a exatidão atestada por Bonis e por seu interrogador, o comissário de polícia Agnan Philippe Miché de Rochebrune, que rubricaram todas as páginas.

Indaguei se não é verdade que compôs alguma poesia contra o rei e que leu o texto para várias pessoas.

Respondeu que nada tem de poeta e jamais compôs poemas contra ninguém, mas que há cerca de três semanas, quando estava no hospital [Hôtel Dieu] em visita ao abade Gisson, diretor do hospital, aproximadamente às quatro horas da tarde, apareceu um padre também em visita ao abade Gisson; que o padre era de estatura muito elevada e aparentava 35 anos de idade; que a conversa tratou de matérias publicadas nos jornais; e que esse padre, ao dizer que alguém tivera a perversidade de compor versos satíricos contra o rei, mostrou um poema contra sua majestade, do qual o interrogado fez uma cópia ali mesmo, no gabinete do Sieur Gisson, mas sem anotar todos os versos do poema e pulando boa parte dele.⁴

Em suma, uma reunião suspeita: estudantes e padres discutindo sobre fatos do momento e divulgando ataques satíricos contra o rei. O interrogatório prosseguiu da seguinte forma:

Indaguei que uso fez do mencionado poema.

Disse que o recitou numa sala do mencionado Collège Louis-le-Grand na presença de poucas pessoas e que, depois disso, o queimou.

Falei que ele não estava dizendo a verdade e que não fez a cópia do poema com tamanha sofreguidão só para queimá-lo em seguida.

Disse que julgava que o mencionado poema tinha sido escrito

por alguns jansenistas e que bastava ter o poema diante dos olhos para ver do que os jansenistas são capazes, como eles pensavam e até como é seu estilo.

O comissário Rochebrune rebateu essa débil defesa com um sermão sobre a iniquidade de espalhar “veneno”. Tendo obtido a cópia do poema com um dos conhecidos de Bonis, a polícia sabia que ele não a queimara. Porém haviam prometido proteger a identidade de seu informante e não estavam especialmente interessados no que fora feito do poema depois que chegou a Bonis. Sua missão era rastrear o processo de difusão do poema no sentido contrário, a fim de chegar à sua fonte.⁵ Bonis não tinha condições de identificar o padre que lhe havia mostrado sua cópia. Portanto, sob pressão da polícia, escreveu uma carta a seu amigo no Hôtel Dieu e perguntou o nome e o endereço do padre para que pudesse devolver um livro que pegara emprestado. A resposta trouxe a informação desejada, e o padre Jean Edouard, da paróquia de St. Nicolas des Champs, foi para a Bastilha.

Durante seu interrogatório, Jean Edouard afirmou ter recebido o poema de outro padre, Inguibert de Montange, que foi preso e disse que o havia obtido de um terceiro padre, Alexis Dujast, que foi preso e disse que o havia obtido de um estudante de direito, Jacques Marie Hallaire, que foi preso e disse que o havia obtido num cartório, com um escrevente, Denis Louis Jouret, que foi preso e disse que o havia obtido com um estudante de filosofia, Lucien François du Chaufour, que foi preso e disse que o havia obtido com um colega de turma chamado Varmont, o qual fora alertado de que deveria procurar um esconderijo, mas acabou se entregando e afirmou ter obtido o poema com outro estudante, Maubert de Freneuse, que nunca foi encontrado.⁶

Cada prisão gerava seu dossiê próprio, repleto de informações sobre a maneira como os comentários políticos — nesse caso,

um poema satírico acompanhado por amplas discussões e leituras paralelas — percorriam circuitos de comunicação. À primeira vista, o rumo da transmissão parece seguir em linha reta, e tudo indica que o ambiente é bastante homogêneo. O poema passou de mão em mão por uma série de estudantes, escreventes e padres, a maioria amigos e todos jovens — a idade ia de dezesseis (Maubert de Freneuse) a 31 anos (Bonis). O poema em si exalava um cheiro característico, pelo menos para D’Argenson, que o devolveu para Berryer com um bilhete no qual o definia como “um texto infame que, para mim, assim como para o senhor, parece exalar um cheiro de pedantismo e de Quartier Latin”.⁷

Porém, à medida que a investigação ganhou abrangência, o quadro se tornou mais complicado. Em seu caminho, o poema cruzou com outros cinco poemas, todos sediciosos (pelo menos aos olhos da polícia) e todos com seu próprio padrão de difusão. Eram copiados em tiras de papel, trocadas por outras tiras de papel do mesmo tipo, ditados para mais copistas, memorizados, declamados, impressos em panfletos clandestinos e em certos casos adaptados para melodias populares e cantados. Além do primeiro grupo de suspeitos mandados para a Bastilha, outros sete homens também foram aprisionados; e esses comprometeram outros cinco, que fugiram. No fim, a polícia encheu a Bastilha com catorze fornecedores de poesia — daí o nome da operação nos dossiês, “*L’Affaire des Quatorze*”. Mas jamais encontraram o autor do poema original. A rigor, talvez nunca tenha existido um autor, porque as pessoas acrescentavam e subtraíam estrofes e modificavam as frases como bem entendiam. Era um caso de criação coletiva; e o primeiro poema se mesclava e cruzava com tantos outros que, tomados em conjunto, criavam um campo de impulsos poéticos, saltando de um ponto de transmissão para outro e enchendo o ar com aquilo que a polícia chamava de “*mauvais propos*” ou “*mauvais discours*”, uma cacofonia de sedição adaptada em rimas.